

# Crédito disponível

Entre os projetos criados pela Secretaria de Trabalho para diminuir as taxas de desemprego da capital federal está o programa de microcrédito Prospera. A pasta espera alavancar os negócios de trabalhadores informais, empreendedores individuais, formalizar empresários e elevar a oferta de vagas na capital. A pós quatro meses em operação, o programa emprestou R\$ 2,144 milhões a 558 empreendedores.

A meta dos coordenadores do projeto é alcançar 1,2 mil empresários brasileiros e colocar no mercado até R\$ 5 milhões. Atualmente, a pasta tem em caixa R\$ 11 milhões do Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal (Funger). As cidades em que mais foram contratados financiamentos são Ceilândia (91), Planaltina (84), Taguatinga (69), Gama (54) e Samambaia (49). O valor médio de cada operação foi de R\$ 3.842,29, e 67% dos empréstimos foram concedidos a mulheres.

O Prospera tem uma carteira urbana e outra rural. Nos dois casos, um agente de crédito da secretaria vai até o interessado, depois de ele preencher uma ficha cadastral em uma das 18 agências do trabalhador ou em um dos 19 postos de atendimento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Caso o solicitante não faça parte de nenhum dos cadastros de maus pagadores, tenha faturamento mensal de até R\$ 5 mil se for pessoa física, ou arrecade mensalmente até R\$ 20 mil, se for pessoa jurídica, ele será entrevistado pelo agente. Após o encontro, a proposta é submetida ao comitê gestor que decide sobre a liberação do empréstimo.

Em nenhum dos casos é cobrada Taxa de Abertura de Crédito (TAC). O recurso urbano pode ser aplicado em capital de giro ou aquisição de máquinas e equipamentos. São oferecidos financiamentos de até R\$ 11 mil para pessoa física, e de até R\$ 22 mil para pessoa jurídica. No caso de cooperativas, o limite é de até R\$ 56 mil. Apenas 25% desses valores são disponíveis na primeira requisição, pois a oferta é progressiva. O prazo de pagamento é de até 18 meses, com carência. Os juros são de no máximo 7,5% ao ano.

Na linha rural, o dinheiro pode ser destinado a custeio e investimento. O limite de crédito segue a mesma regra do urbano, mas o primeiro empréstimo pode ser de até 50% do teto. Os juros são de 3% ao ano, e o pagamento pode ser feito em até 60 meses. Assim que aprovado, o **empreendedor** vai até o Banco de Brasília (BRB) e saca o recurso. Os agentes financeiros fazem o acompanhamento do negócio em pelo menos três visitas e ainda trabalham com o beneficiário os conceitos de educação financeira. (AT)